



## Assembleia de Freguesia de Oiã

Quadriénio 2013-2017

### ATA NÚMERO NOVE

Aos vinte e seis dias do mês de Junho de dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia da Freguesia de Oiã, nos termos do Regimento em vigor, para a realização de uma Assembleia Ordinária, conforme convocatória oportunamente enviada.-----

O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, e depois de cumprimentar os membros da Assembleia, do executivo e o público presente, verificou a existência de quórum, informando a substituição dos seguintes membros: Sr<sup>a</sup> Cláudia Novo substituída por Sr<sup>a</sup> Ana Paula Mendonça, Sr<sup>o</sup> Amílcar Pereira substituído por Sr<sup>o</sup> Bruno Seabra, Sr<sup>o</sup> Mário Oliveira substituído por Sr<sup>o</sup> Valter Matos, Sr<sup>o</sup> António Pinto substituído por Sr<sup>o</sup> Rui Barroco. Informou também não ter quaisquer outros assuntos dirigidos à presente assembleia, para além dos contantes em convocatória.-----

Nesta sequência deu início à Ordem de Trabalhos, começando pelo período “Antes da Ordem do Dia”, Ponto nº1, “*Leitura e ratificação da ata da sessão anterior*”. Posta a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções dos elementos Maria Henriqueta Martins, Carlos Areias, Alexandre Oliveira e Dária Marques, que apresentaram declaração de voto verbal, com a justificação de não terem estado presentes na reunião em relato.-----

De seguida deu início ao Ponto nº 2 de “Antes da ordem do dia ”*Atividade da junta de Freguesia no período de 10/04/2015 até 15/06/2015*”, tendo concedido a palavra ao Sr. Presidente do executivo para sua explanação.-----

No uso da palavra o Presidente do Executivo saudou o Presidente da Mesa e os membros da assembleia e explicou a atividade executada no período referido, nos termos apresentados no documento previamente enviado, tendo-se ainda mostrado disponível para melhor esclarecer a Assembleia no que esta pudesse entender pertinente.-----

O Membro Sérgio Lopes pediu a palavra, após aberta a discussão à assembleia pelo Presidente da Mesa, e no seu uso, após cumprimentar os presentes, referiu ter duas ou três questões a colocar. Disse ter notado a pintura realizada na piscina do Parque do Vieiro não estar em condições, por alguma falha técnica na sua aplicação ou por alguma outra questão que desconhecia, mas que entendia dever ser resolvida. Questionou se existia perspectiva, no executivo da Junta de maior número de comerciantes no espaço do mercado da Vila, reconhecendo e saudando o bom trabalho ali realizado, mas argumentando da real necessidade do mesmo face à utilização verificada até então, tendo também presente as novas instalações da CALCOB na zona. Mais referiu ainda ter recebido um termo de responsabilidade para assinar enquanto responsável pelo seu filho como participante nos Jogos Sem Fronteiras Juvenis, com a referência de que a organização se exonerava a qualquer responsabilidade que pudesse ocorrer durante o evento, questionando quem seria a entidade organizadora, se a Junta se a empresa que realiza o evento, crente de que a Junta teria já contratado um seguro para o efeito, mas afirmando ser importante saber a quem demandar responsabilidades, caso existissem. -----

O membro Alexandre Oliveira pediu a palavra, e no uso da mesma, sugeriu que na documentação apresentada pelo executivo, nomeadamente no relatório em discussão, houvesse sintonia de tratamento, não lhe parecendo bem aparecerem umas pessoas com a designação de doutores, outras de arquitetos, outras de senhores, ou de donos, e outras como não sendo nada, afirmando não ser esse o seu entendimento. Mais referiu o seu acordo com as questões colocadas pelo elemento Sérgio Lopes.-----

Neste contexto, dada a palavra ao Presidente do Executivo para resposta às questões ou observações colocadas, este referiu, no tocante à forma como as pessoas são nomeadas nos documentos da Junta, não haver qualquer sentido diferenciador, assumindo, eventualmente, a transcrição para esses textos, nalguns casos, da forma de tratamento mais comum e, até, genericamente usada. Referiu também, reconhecendo, que a pintura da piscina do parque do Vieiro apresentava problemas, apesar de se ter contratado uma empresa especializada, aparentemente derivado da menor qualidade ou inadequação da pintura anterior, realizada há alguns anos, que ficou na base da atual, tendo “puxado”, mas que o problema seria resolvido tão depressa quanto possível, tendo-se a empresa contratada responsabilizado por isso, sem custos acrescidos, embora todos concordando em assegurar o regular funcionamento daquele equipamento na época balnear que se avizinhava. Ainda, e relativamente ao número de interessados nos lugares do mercado, referiu haver mais dois interessados, havendo apenas um lugar disponível, levando o executivo da Junta a considerar avançar mais rapidamente com uma segunda fase de obras, melhorando o espaço central, as casas de banho e um novo conjunto de bancas. Apresentou ainda um custo estimado, referindo haver algumas contabilizações difíceis de fazer, porquanto correspondentes a material cedido pela Câmara Municipal, de cerca de oito

mil euros, antevendo um custo total de 15 mil quando a obra estivesse terminada, mas afirmando estar certo de que se tratava de um bom investimento, com retorno, que fornecia excelentes condições para os lojistas e para os seus clientes, e portanto fregueses, antes impossível. Quanto ao termo de responsabilidade para os Jogos Sem Fronteiras, referiu ter-se a Junta limitado a copiar e adaptar, substituindo apenas o brasão da Câmara pelo da Junta, igual documento da Câmara Municipal. Mais informou, terminando a sua intervenção, ter a Junta já tratado da questão dos seguros.-----

Após ter-lhe sido concedida a palavra pelo presidente da mesa, o membro Henriqueta Martins, ainda referindo-se ao documento apresentado, disse haver uma troca na indicação dos dias da semana em que ocorrem o curso de bordados e o de pinturas.-----

Solicitada e concedida a palavra ao membro Dária Marques, esta referiu, em sequência da resposta do presidente do executivo às questões de seguro colocadas anteriormente, que era seu entendimento que a Junta deveria retirar a palavra “exonerando” do texto apresentado naquele documento, com referência às responsabilidades da organização, mesmo tendo por base um texto da Câmara Municipal, porquanto é conhecedora de uma situação de acidente, numa atividade Municipal, em que a Companhia de Seguros e a própria Câmara Municipal se afastaram das suas responsabilidades, eventualmente por recurso a esta expressão, tendo sido as pessoas envolvidas a suportar diretamente os custos derivados de tal acidente. Neste contexto o membro Alexandre Oliveira referiu ser também conhecedor do caso e de ter presenciado uma afirmação do Presidente da Câmara a esse respeito, afirmando que aquela entidade suportaria os custos inerentes ao acidente que não suportados pela companhia de seguros. Atentos neste ponto, o presidente da mesa interveio, procurando ajudar a discussão com base no seu entendimento, afirmando ser do seu conhecimento que, para aquele tipo de atividade, existem genericamente dois tipos de seguro, com diferentes alcances, um de responsabilidade civil e outro de acidentes pessoais, competindo à organização assegurar o primeiro, mas não estando obrigada ao segundo, e questionou o presidente do executivo sobre qual o tipo de seguro em contratação. Ainda o elemento Rui Barroco solicitou intervenção, referindo concordar com o referido pelo presidente da mesa e também ser seu entendimento que a atividade seguradora da Junta deveria ser colocada a maior concorrência, sendo ele próprio agente de seguros e nunca ter sido contactado, mas havendo outros na freguesia que também importava auscultar, mesmo para além da questão do preço, percebendo-se diferentes modelos de apólice e de atuação das diferentes seguradoras que melhor pudesse interessar a Junta. Também o membro Sérgio Lopes voltou a intervir, reforçando que não era a expressão “exonerando” que o preocupava, antes saber quem seria a entidade organizadora, porquanto disso dependeria o tipo de seguro que a Junta deveria realizar. A seu ver se a entidade organizadora fosse a empresa fornecedora dos jogos, caberia àquela o seguro de responsabilidade civil e à junta o de acidentes pessoais, que a

seu ver sempre deve existir, e é obrigatório, neste tipo de atividades, em discordância com o presidente da mesa. Ainda, a respeito das questões de segurança, mesmo para além da que resultada das intervenções anteriores, de outro tipo, o elemento Rui Barroco voltou a intervir, com a anuência do presidente da mesa, referindo uma situação passada num torneio de futebol juvenil, organizado pela ADRC de Oiã, onde, para além de registar a ausência dos elementos da Assembleia e da Junta, presenciou agressões graves entre elementos das claque, inenarráveis a seu ver, mais não fosse pela tipologia de idades em competição nos jogos, sem que houvesse presença de qualquer entidade policial ou de segurança, a seu ver exigíveis, diminuindo drasticamente a qualidade do evento, e mesmo a possibilidade de nova realização, atento nos comentários percebidos, tudo, a seu ver, em resultado da poupança de custos de segurança, também eventualmente verificada noutros contextos, como seja a falta de contratação de seguros, numa lógica de segurança preventiva, como aquela ali em discussão.-----

Em resposta o Presidente da Junta referiu que, para além de alguma situação mais premente que não permita, mormente por razões temporais, uma consulta mais alargada em questões de fornecimento de seguros, e mesmo noutras, certificando embora o cumprimento do código de contratação pública vigente, procurará uma consulta de mercado mais alargada, sempre referindo que para tal, também esse mercado deverá responder às solicitações, o que não aconteceu pelo menos numa situação anterior. Mais referiu ainda, a respeito das questões do seguro levantadas, que o seguro irá ser feito, não antevendo qualquer dificuldade em retirar a palavra “exonerando” do texto, como solicitado, respaldando-se no entanto num histórico de há longa data, não só da freguesia mas do concelho, em atividades semelhantes, senão iguais, e mesmo outras de diferente natureza mas de igual necessidade, sem que tais assuntos tenham sido discutidos, nem prevenidos, ainda que por alguns dos atuais intervenientes. Terminou o assunto desejando que nenhum acidente viesse a acontecer, mas também reforçando que, a muito poucos dias dos jogos, ainda só tinha em sua posse informação de cerca de metade dos participantes, dificultando severamente a realização dos devidos seguros, mesmo da sua colocação à concorrência. -----

Ainda, com a permissão extraordinária da mesa da assembleia, o elemento Sérgio Lopes usou da palavra para referir ser seu entendimento que a organização dos Jogos Sem Fronteiras deveria possuir um seguro para a atividade, que a aplicação da pintura na piscina deveria ter acautelado os problemas derivados da sua aplicação, e referidos pelo presidente do executivo, nomeadamente raspando previamente a tinta existente, devendo ser responsabilizada pelas consequências de o não ter feito, e finalmente, sobre o valor das obras no mercado, questionado o presidente da Junta sobre se os 15 mil euros referidos respeitavam só a primeira, ou já, também, à segunda fase das obras referidas, por não o ter percebido na primeira resposta daquele. O presidente da junta respondeu ao elemento Sérgio Lopes, referindo que os valores

apresentados se referem às obras em curso, portanto apenas da primeira fase, voltando a explicar a dificuldade em contabilizar alguns valores, que sempre farão parte do património da Junta, muito embora não correspondam a custos por esta assumidos. Ainda relativamente à piscina do parque do Vieiro referiu que o que foi apontado pelo Membro Sérgio Lopes foi exatamente o que aconteceu na anterior aplicação, há cerca de três anos. O que agora aconteceu foi resultado de trabalho de empresa especializada, tendo esta aplicado uma camada de resinas e outros materiais próprios, por ela definidos, sendo naturalmente responsável, até em termos de garantia, pelo resultado. Verificada a situação e chamada à responsabilidade, referiu, a empresa disponibilizou-se para resolver o assunto da melhor forma, e por entendimento com a Junta, no momento definido e já referido.-----

Não havendo outras intervenções o Presidente da mesa passou à Ordem do Dia da Convocatória. Nesse sentido, e de acordo com solicitação do executivo, por sua vez em resposta ao executivo Municipal, propôs à Assembleia a inclusão de dois novos pontos na ordem do dia, que apresentou, com os títulos, “Proposta nº6 do Executivo da Junta”, relativa à nomenclatura da Rua Entre Muros em Perrães, e a “proposta nº 7 do Executivo da Junta” relativa ao arruamento junto ao Centro Cívico de Oiã. Foi a inclusão destes pontos aprovada por unanimidade, passando estas propostas a constituir os pontos 4 e 5 da convocatória..-----

Dando sequência aos trabalhos, o presidente da mesa propôs a apresentação e votação do ponto nº1, relativo à proposta nº2/2015 do executivo, conforme documentação distribuída, dando palavra ao presidente do executivo. Este explicou que a proposta em referência já esteve presente naquela Assembleia, sendo relativa ao nome do arruamento junto ao parque desportivo de Oiã, tendo sido retirada para reapreciação geral, a pedido da Assembleia, sobretudo junto da ADRC de Oiã, e voltando agora com nova nomenclatura, de Rua do Campo da Marinha.-----

O assunto foi colocado à discussão da Assembleia. Não havendo intervenções foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Passou-se de seguida à apresentação e votação do ponto nº2 da ordem de trabalhos, tendo a palavra sido concedida ao presidente do executivo para a sua apresentação sucinta. O Presidente do Executivo explicou tratar-se de um problema de numeração das campas no cemitério de Oiã, a 813 e a 814, pelo que se avaliou com origem no ano 2000, acrescido da necessidade de uso do espaço de uma delas, não usada, para uso geral e beneficiação do cemitério, razão porque se pretende deixe de existir, formalmente, na numeração daquele cemitério. Dada a palavra à Assembleia, foi questionado pelo membro Sérgio Lopes, reconhecendo alguma dificuldade em visualizar mentalmente a situação, mas fazendo fé na explicação do Presidente da Junta, se o espaço identificado deixaria de ser uma sepultura. O elemento Alexandre Oliveira questiona também se o sepultura com o numero 814 deixará de existir naquele espaço, passando a haver

um buraco na numeração das sepulturas. A ambas as questões o Presidente do Executivo responde positivamente.-----

Não havendo mais intervenções foi o ponto colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Seguindo a ordem de trabalhos, passou a Assembleia a apreciar o ponto nº 3 da ordem de trabalhos, tendo o Presidente do Executivo passado à sua explanação. O Presidente do Executivo explicou que tal assunto deriva de um processo administrativo relativo à forma como o executivo Municipal pretende agilizar a forma de cedência dos espaços Municipais, nomeadamente do Auditório do edifício sede da Junta de Freguesia, trazendo-o ao conhecimento da Assembleia de Freguesia para conhecimento.-----

Passou-se de seguida à apresentação, discussão e votação do ponto nº4 da ordem de trabalhos, incluído na presente sessão, tendo sido dada a palavra ao Presidente do Executivo para sua explanação.-----

O Presidente do Executivo explicou tratar-se do nome a atribuir ao arruamento identificado, também função de uma necessidade Municipal em se obter nomenclatura para todos os arruamentos na sua jurisdição, tendo o nome sido alcançado por consenso de todas as entidades auscultadas, em particular a AMPER. -----

Não havendo intervenções da Assembleia, foi o assunto colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Finalizando a ordem de trabalhos, passou-se á apresentação, discussão e votação do ponto nº5, tendo o presidente da mesa solicitado ao presidente da Junta a sua apresentação. Identificado o local, o presidente do Executivo referiu que procedeu à auscultação de todas a entidades de Oiã, tendo apenas recebido resposta da Comissão de Melhoramentos, não se opondo ao nome proposto.-----

Não havendo intervenções da Assembleia, foi o assunto colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

De seguida, dando continuidade à ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa declarou aberto o “Período de Intervenção aberto ao Público”, tendo-se verificado a intervenção do Sr. Francisco Alves, que depois de cumprimentar todos os presentes referiu pretender colocar duas questões, uma sobre se existe conhecimento de alguma resposta ou posição da Câmara Municipal à carta enviada por um conjunto de moradores nos arredores do parque de estacionamento do Edifício Estrela de Oiã, cujo assunto foi também dado a conhecer ao executivo da Junta, dado ter já passado muito tempo desde o seu envio e não ter sido por aqueles recebida qualquer resposta. Reconheceu e agradeceu os trabalhos de limpeza daquele espaço pelo executivo da Junta, mas acentuou a necessidade de obras corretivas, para melhorias de uso e embelezamento, adequados a uma Vila como é Oiã, sobretudo numa das suas principais artérias. A segunda questão dizia

respeito à necessidade de, nessa mesma artéria, em direção aos Carris, se construírem os passeios laterais, já prometidos pelo executivo municipal, mas dos quais ainda nada se viu, criando problemas a quem ali circula, a pé, sobretudo no Inverno. Aproveitou ainda, concluindo a sua intervenção, para genericamente felicitar o executivo da Junta pelos trabalhos e restante atividade desenvolvidos. -----

Solicitada a palavra pelo Sr. Alexandre Oliveira, assumindo não o fazer na qualidade de membro da Assembleia, mas enquanto público, referiu, alinhado com os temas introduzidos na intervenção anterior, a extrema necessidade de se fazer a necessária manutenção da passadeira situada frente ao Clube Motard de Oiã, nas antigas escolas primárias, que já não é visível nem bem sinalizada, tornando perigosa a travessia da estrada naquele local, mais referindo saber não ser responsabilidade direta da Junta de Freguesia, mas apelando a uma intervenção direta desta junto do executivo municipal.-----

O Presidente da Assembleia, partilhando as preocupações com a segurança rodoviária apresentadas, quer pela necessidade de implantação de passeios e passadeiras, quer por outras formas de intervenção, não só nos locais apontados mas também em vários outros, usando até como referência uma morte recente na sua localidade, que parecia evitável caso existissem passeios, referiu ser do seu conhecimento o esforço feito pelo Presidente do Executivo junto da Câmara Municipal, concedendo-lhe a palavra para que este pudesse responder, do seu conhecimento e querendo, às intervenções do público. Em resposta, o Sr. Presidente do Executivo referiu existir, do seu conhecimento, trabalho em curso na Câmara Municipal para uma requalificação da estrada entre a rotunda dos Carris e a Igreja Matriz, mas que o Sr. Francisco Alves poderia, no dia 30 de Junho, na cerimónia comemorativa do 26º aniversário a ter lugar, ouvir resposta diretamente do Sr. Presidente da Câmara. Mais referiu, em resposta às felicitações apresentadas pelo Sr. Francisco, que agradeceu, ter sempre tentado fazer o melhor pela Freguesia, e que por isso estava descansado. Tendo ainda por base a intervenção do Sr. Alexandre Oliveira referiu que, ainda em 2014, fez um levantamento exaustivo de todas as situações que encontrou a necessitar de intervenção, anotando e fotografando os problemas, agendando nas tarefas da Junta os da sua responsabilidade e endereçando à Câmara Municipal aqueles que competem àquela instituição. Sobre isso mais adiantou, reforçando o que tinha dito antes, que o Sr. Presidente da Câmara também terá já manifestado vontade em resolver alguns desses problemas, e que eventualmente disso poderia dar melhor informação na sua intervenção do dia 30 de Junho. -----

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, da qual se elaborou a presente ata, aprovada em minuta com a concordância de todos os elementos da Assembleia presentes, sendo assim assinada nos termos da Lei, e por essa via sujeita a ratificação em próxima assembleia. -----

O Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretario \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_